

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE LETRAS E LINGUÍSTICA

ALEXANDRE CARLOS SILVA COSTA

Representações de língua(gem) em um debate sobre linguagem “neutra”

Uberlândia

2025

ALEXANDRE CARLOS SILVA COSTA

Representações de língua(gem) em um debate sobre linguagem “neutra”

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em Letras – Inglês e Literaturas de Língua Inglesa.

Área de concentração: Linguística Aplicada.

Orientador: Profa. Dra. Mariana Rafaela Batista Silva Peixoto.

Uberlândia

2025

Dedico este trabalho àquelas pessoas que,
diante de uma sociedade opressora e
heteronormativa, tiveram suas identidades
condenadas à negação e suas vozes silenciadas
por um sistema de controle de corpos,
moldando sua própria essência para tentar
caber em uma etiqueta binária e limitadora.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me sustentar e erguer sempre que o cansaço e os pensamentos de desistência pairavam sobre mim.

Em segundo lugar, à minha mãe, Lourdes, e ao meu pai, Carlos, que, mesmo com o coração apertado, respeitaram meu desejo e soltaram minha mão para que eu pudesse voar.

Em seguida, à minha orientadora Mariana Peixoto, cuja orientação e apoio foram essenciais para a construção deste estudo.

Adiante, à minha eterna professora Erika Paiva, cuja paixão pela língua inglesa atravessou a sala de aula e fez do inglês não só um idioma, mas parte de quem sou.

Logo, demais professores/as/ies, cuja sabedoria e ensinamentos contribuíram significativamente para minha formação.

Por fim, a familiares e amigos/as/ues, cuja força e apoio foram fundamentais para a conclusão desta etapa.

“Se sou homem ou mulher? Esta pergunta reflete uma obsessão ansiosa do ocidente. Qual? A de querer reduzir a verdade do sexo a um binômio. Eu dedico minha vida a dinamitar esse binômio. Afirmo a multiplicidade infinita do sexo.”

(Preciado, 2014, n.p. *apud* Alberti; Silva, 2020, p. 69)

RESUMO

A linguagem de gênero neutro – também denominada “linguagem neutra”, “linguagem não binária” ou “linguagem inclusiva” – insere-se no campo linguístico, articulando-se igualmente com questões identitárias e sociais. Seu uso é mais recorrente entre pessoas não binárias e/ou intersexo, sendo amplamente reconhecida pelo emprego de pronomes como “elu/delu” e pela substituição das vogais “-a” e “-o” pela vogal “-e” em adjetivos, como em “bonite” (de bonita/bonito) ou “maravilhose” (de maravilhosa/maravilhoso). Contudo, seus usos não se restringem a alterações gramaticais: envolvem também processos de construção identitária e disputas políticas. Considerando que, nas últimas décadas, a discussão sobre o gênero neutro tem ocupado espaço crescente no debate político e se tornado alvo de controvérsias no campo educacional, compreender como essa questão é representada e disputada em discursos políticos torna-se fundamental para a análise de práticas discursivas escolares. Nessa perspectiva, o presente trabalho teve como objetivo geral contribuir, nos campos da Análise de Discurso e da Linguística Aplicada, para as discussões acerca do uso da linguagem de gênero neutro em práticas discursivas escolares. Especificamente, buscou-se: (i) mapear as representações de língua(gem) que emergem em um debate político sobre a adoção dessa linguagem em contextos escolares; (ii) identificar as representações de gênero construídas e mobilizadas nesse debate; (iii) problematizar a discursivização da disputa em torno da linguagem de gênero neutro nos contextos escolares. O corpus de análise foi composto pelo vídeo *Debate – Nikolas Ferreira x 5 esquerdistas (Pronome Neutro)*, publicado no canal do referido político na plataforma *YouTube*. A análise, orientada pela abordagem teórico-metodológica da Análise de Discurso (AD) franco-brasileira, evidenciou múltiplas representações de língua(gem) entre os deputados e deputadas participantes, como a concepção de língua(gem) enquanto ferramenta limitada, enquadrada e patriarcal, e, em contraponto, como fenômeno dinâmico, identitário, mutável, fluido e vivo. No que concerne às representações de gênero, observou-se tanto a reafirmação do binarismo masculino-feminino quanto a proposição de possibilidades que rompem com essa lógica dicotômica. Quanto à discursivização da disputa em torno da linguagem de gênero neutro nos contextos escolares, foram identificadas tensões entre formações discursivas conservadoras – que a enquadram como ameaça à norma – e progressistas – que a defendem como prática de resistência e inclusão de sujeitos dissidentes.

Palavras-chave: linguagem não binária; debate político; análise do discurso; práticas escolares.

ABSTRACT

Gender-neutral language – also referred to as “neutral language”, “non-binary language”, or “inclusive language” – is situated within the linguistic field and is likewise intertwined with identity and social issues. Its use is more common among non-binary and/or intersex individuals and is widely recognized through the adoption of pronouns such as “elu/delu” and the replacement of the vowels “-a” and “-o” with “-e” in adjectives, as in “bonite” (from “bonita/bonito”) or “maravilhose” (from “maravilhosa/maravilhoso”). However, its uses are not limited to grammatical changes; they also encompass processes of identity construction and political disputes. Considering that, in recent decades, the discussion on gender-neutral language has increasingly gained ground in public debate and become a source of controversy within the educational sphere, understanding how this issue is represented and contested in political discourse is essential for the critical analysis of school-based discursive practices. From this perspective, the present study aimed, within the fields of Discourse Analysis and Applied Linguistics, to contribute to discussions on the use of gender-neutral language in school discursive practices. Specifically, it sought to: (i) map the representations of language that emerge in a political debate on the adoption of gender-neutral language in school contexts; (ii) identify the representations of gender constructed and mobilized in this debate; (iii) problematize the discursivization of the dispute over gender-neutral language in school settings. The corpus comprised the video *Debate – Nikolas Ferreira x 5 esquerdistas (Pronome Neutro)*, published on the YouTube channel of the aforementioned politician. The analysis, guided by the theoretical and methodological approach of the French-Brazilian Discourse Analysis (DA), revealed multiple representations of language among the participating parliamentarians, including conceptions of language as a limited, constrained, and patriarchal tool, and, conversely, as a dynamic, identity-related, mutable, fluid, and living phenomenon. With regard to gender representations, both the reaffirmation of the male-female binary and the articulation of possibilities that challenge this dichotomous logic were observed. Concerning the discursivization of the debate over gender-neutral language in school contexts, tensions were identified between conservative discursive formations – framing it as a threat to the norm – and progressive ones – defending it as a practice of resistance and inclusion of dissident subjects.

Keywords: non-binary language; political debate; discourse analysis; school practices.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	ANÁLISE DO DISCURSO.....	11
3	A LINGUAGEM “NEUTRA” REALMENTE EXISTE?.....	14
4	METODOLOGIA.....	19
5	ANÁLISE.....	21
6	CONCLUSÃO.....	27
	REFERÊNCIAS.....	31

1 INTRODUÇÃO

A chamada linguagem de gênero neutro – também designada como “linguagem não binária” ou “linguagem inclusiva” – emerge como uma prática discursiva voltada à problematização das normas linguísticas que naturalizam o binarismo de gênero e a hierarquização do masculino como forma universal de referência (Lau, 2017). Ao propor a desconstrução dessa matriz binária, a linguagem neutra busca viabilizar modos de nomeação e de visibilidade que escapem às categorias tradicionais de “homem” e “mulher”, ampliando as possibilidades de reconhecimento social e simbólico. Nesse sentido, tal linguagem se constitui não apenas como recurso de comunicação empregado por pessoas não binárias – aquelas que não se identificam exclusivamente com os polos masculino ou feminino –, mas também por pessoas intersexo, cujas características biológicas não se enquadram nos parâmetros médicos e sociais da cis-heteronormatividade. Ademais, sua adoção mostra-se estratégica em situações em que o gênero da pessoa interlocutora é desconhecido ou irrelevante para a interação comunicativa.

A linguagem de gênero neutro, ao buscar romper com o binarismo masculino/feminino que estrutura a língua portuguesa, promove não apenas modificações gramaticais, mas também um deslocamento político-discursivo em direção à inclusão de identidades historicamente invisibilizadas. Entre as estratégias mais recorrentes, destacam-se o uso de pronomes alternativos, como “elu/delu” e “ili/dili”, em substituição a “ele/dele” e “ela/dela”, bem como a alteração das desinências de gênero, substituindo as vogais “-a” e “-o” pelo morfema “-e” em adjetivos e substantivos, de modo que formas como “bonito/bonita” passam a “bonite” e “maravilhoso/maravilhosa” tornam-se “maravilhose”. Tais recursos, contudo, não se limitam à dimensão morfológica, pois implicam tensionar a normatividade linguística vigente, reconfigurando práticas comunicativas e evidenciando o caráter ideológico das convenções gramaticais¹.

Indubitavelmente, “a linguagem não é transparente” (Orlandi, 2015, p. 15), o que evidencia a contradição presente na própria denominação “linguagem neutra”, uma vez que nenhuma prática linguística é isenta de historicidade, ideologia ou efeitos de sentido. Nomear e categorizar um sujeito no campo discursivo não constitui um gesto neutro: trata-se de uma prática de produção de identidades e de inscrição social que mobiliza valores e julgamentos,

¹ Para mais informações, consulte: <https://medium.com/guia-para-linguagem-neutra-pt-br/guia-para-linguagem-neutra-pt-br-f6d88311f92b>. Acesso em: 15 jun. 2024.

sejam eles de legitimação ou de exclusão. Assim, o adjetivo “neutra” deve ser compreendido não como suposta ausência de marcação, mas como gesto político-discursivo que tensiona a lógica binária masculino/feminino, possibilitando a emergência de formas de enunciação que escapam às normatividades de gênero e reivindicam o reconhecimento de identidades não-binárias no espaço social e simbólico.

Considerando que, nas últimas décadas, a discussão sobre o gênero neutro tem ocupado espaço crescente no debate público e se tornado alvo de controvérsias no campo educacional, compreender como essa questão é representada e disputada em discursos políticos torna-se fundamental para a análise de práticas discursivas que atravessam o contexto escolar. Tendo como objetivo geral contribuir, no âmbito da Análise de Discurso e da Linguística Aplicada, para o avanço das reflexões sobre os usos da linguagem de gênero neutro em práticas discursivas escolares, este estudo se justifica por conferir visibilidade às escolhas linguísticas de pessoas pertencentes a grupos historicamente estigmatizados e minorizados na sociedade. De modo específico, buscou-se: (i) mapear as representações de língua(gem) que emergem em um debate político sobre a adoção dessa linguagem em contextos escolares; (ii) identificar as representações de gênero construídas e mobilizadas nesse debate; (iii) problematizar a discursivização da disputa em torno da linguagem de gênero neutro nos contextos escolares. Para essa análise, utilizou-se como objeto de estudo a produção audiovisual *Debate – Nikolas Ferreira x 5 esquerdistas (Pronome Neutro)*, publicada no canal de vídeos do referido político, na plataforma *YouTube* (Ferreira, 2022).

Primeiramente, “a linguagem [é] prática constitutiva e constituinte da sociedade” (Borba, 2024, p. 261) e, nesse horizonte, “a língua é revestida de poder simbólico” (Borba, 2024, p. 261). Dessa forma, além de a linguagem de gênero neutro evocar questões linguísticas, culturais e identitárias, ela também mobiliza dimensões políticas. Nesse sentido, “a língua é [...] o *lugar* onde os embates se dão (os sujeitos não travam disputas políticas e ideológicas ‘na linguagem’, mas nas línguas historicamente existentes), o *objeto* e a *causa* desses embates” (Barbosa Filho, 2022, p. 145, grifos do autor).

Desse modo, a discussão em torno do uso da linguagem de gênero neutro em ambientes escolares também se caracteriza por um viés político, uma vez que língua e linguagem são ferramentas de poder. Logo, o debate em análise está centrado na Lei n.º 11.581/2023, que proíbe o uso da linguagem “neutra” no ensino básico, tanto em instituições públicas quanto privadas de Belo Horizonte/MG (Belo Horizonte, 2023). Essa legislação teve origem em um Projeto de Lei (PL), de mesmo número, apresentado pelo deputado federal Nikolas Ferreira (Partido Liberal – PL/MG) durante seu mandato como vereador na capital mineira.

Durante as discussões, Nikolas Ferreira posicionou-se contra o uso da linguagem “neutra”, argumentando que ela representa exclusão e não inclusão; por isso, defende o ensino escolar apenas da “língua correta”. Por outro lado, um político e quatro políticas de posicionamento de esquerda debatem com Nikolas Ferreira. De modo geral, ele e elas argumentam que se trata de um projeto alheio à realidade das escolas brasileiras. Além disso, apontam a presença de um teor preconceituoso por trás desse PL.

Este trabalho está organizado em seis seções, sendo elas: “Introdução”, “Análise do Discurso”, “A linguagem ‘neutra’ realmente existe?”, “Metodologia”, “Análise” e, por fim, “Conclusão”. A primeira seção – “Introdução” – visou discorrer a respeito da linguagem de gênero neutro, introduzindo-a e exemplificando-a. Além disso, teve como objetivo descrever um panorama geral sobre esta pesquisa, de modo a contextualizar o público leitor.

Em seguida, a seção “Análise do Discurso” almejou apresentar esse campo de estudo a seus leitores, mencionando os conceitos teóricos associados a essa perspectiva e explicando-os. Logo, a seção “A linguagem ‘neutra’ realmente existe?” apresentou argumentos em resposta às posições contrárias ao uso da linguagem de gênero neutro, além de destrinchar os termos “língua”, “linguagem” e a própria “linguagem neutra”.

Adiante, a seção “Metodologia” conceituou termos relevantes para este estudo, além de destrinchar o seu processo de pesquisa. Posteriormente, a seção “Análise” foi destinada a uma análise discursiva sobre o corpus investigativo deste texto. Por fim, a seção “Conclusão” buscou reunir as principais considerações levantadas durante o processo investigativo do objeto de estudo da monografia – *Debate – Nikolas Ferreira x 5 esquerdistas (Pronome Neutro)* (Ferreira, 2022).

2 ANÁLISE DO DISCURSO

A Análise do Discurso (AD) é um campo de estudo que investiga como os discursos produzem sentido, considerando a linguagem, a história, a ideologia e as relações de poder. De acordo com Orlandi (2015), não se refere à língua nem à gramática, embora sejam fatores importantes para sua constituição. A AD analisa não somente o que é dito, mas como, por quem e em que contexto um enunciado é produzido. Especificamente, “a AD busca descrever, analisar e interpretar a forma como os sentidos, numa articulação da língua com a história, se constituem, são formulados e produzem efeitos na sociedade” (Brito; Guilherme, 2013, p. 27).

Com base em Michel Pêcheux, fundador da Escola Francesa de Análise do Discurso, este trabalho se orienta por essa perspectiva teórica, que busca compreender as relações de poder e suas significações (Orlandi, 2005). Para tanto, é importante destrinchar diversos conceitos associados à AD, tais como: discurso, enunciado, intradiscurso, interdiscurso, materialismo histórico, efeito de sentido, ideologia, condições de produção, sujeito discursivo, formação discursiva e memória discursiva.

Consoante a Orlandi (2015, p. 13), o discurso “tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem”. Portanto, no âmbito da AD, o termo não se refere a um texto oratório a ser proferido em público, mas como uma prática de linguagem que expressa sentidos em movimento, atravessada por condições sociais e históricas. O discurso requer elementos linguísticos para se concretizar, mas ultrapassa os limites da língua, por estar inserido no contexto social (Fernandes, 2008).

Para complemento, o discurso difere-se de enunciado. O discurso abrange um conjunto de práticas sociais, históricas e ideológicas que orientam a produção de sentidos na sociedade. Enquanto isso, o enunciado é uma manifestação concreta da linguagem, produzida em um momento específico e influenciada pelo contexto e pelas condições de produção em que ocorre. Dessa forma, no estudo de Fernandes (2008), o discurso se refere ao lugar sócio-histórico-ideológico de onde os sujeitos falam, definindo o momento e o ato de enunciar.

Desse modo, urge a necessidade de conceituar intradiscurso e interdiscurso. Em primeiro lugar, o intradiscurso diz respeito aos enunciados específicos produzidos pelos sujeitos em situações particulares de interação, bem como à organização interna do discurso, isto é, a forma como, dentro de um mesmo dizer, os elementos se articulam, entram em tensão ou se reforçam. Em segundo lugar, o interdiscurso trata-se da constituição de determinado discurso em relação a outro já existente. Isso é evidente em nossas falas, que se constituem por diferentes vozes em nossos dizeres.

Por conseguinte, o materialismo histórico se mostra fundamental para o reconhecimento de um intradiscorso ou interdiscorso, pois é a partir dele que podemos analisar “as condições de produção do discurso, ou seja, o porquê da aparição de um enunciado em dado momento e lugar e não outro em seu lugar” (Fernandes, 2008, p. 49).

Sob essa ótica, os efeitos de sentido estão relacionados à produção de significados que variam conforme o sujeito, o discurso e o contexto em que circulam. Um exemplo disso pode ser observado nos termos “ocupação” e “invasão” (Orlandi, 2015), que, embora existam definições lexicais estabelecidas, os termos adquirem sentidos distintos conforme o discurso. Para complemento:

Tais substantivos são constantemente encontrados em reportagens e/ou entrevistas que versam sobre os movimentos dos trabalhadores rurais Sem-Terra e revelam diferentes discursos que se opõem e se contestam. Em torno do Sem-Terra, *ocupação* é empregado pelos próprios Sem-Terra, e por aqueles que os apoiam e os defendem, para designar a utilização de algo obsoleto, até então não utilizado, no caso, a terra. *Invasão*, referindo-se à mesma ação, é empregado por aqueles que se opõem aos Sem-Terra, contestam-nos, e designa um ato ilegal, considera os sujeitos em questão como criminosos, invasores. As escolhas lexicais e seu uso revelam a presença de ideologias que se opõem, revelando igualmente a presença de diferentes discursos, que, por sua vez, expressam a posição de grupos de sujeitos acerca de um mesmo tema (Fernandes, 2008, p. 12-13).

Isso ocorre porque, na AD, os sentidos não são fixos nem estáveis. Eles se constituem a partir das posições ideológicas ocupadas pelos sujeitos na interação, de modo que uma mesma palavra pode ser interpretada de diferentes maneiras, conforme o contexto socioideológico de quem a enuncia (Fernandes, 2008).

Dessa perspectiva, é relevante conceituar “ideologia” que, “por sua vez, nesse modo de a conceber, não é vista como conjunto de representações, como visão de mundo ou como ocultação da realidade” (Orlandi, 2015, p. 46), mas sim um sistema de pensamento coletivo e histórico, que influencia como os sujeitos veem o mundo. Para a produção de discursos, há as condições de produção, que consistem em aspectos históricos, sociais e ideológicos que envolvem o discurso, ou que possibilitam ou determinam sua criação (Fernandes, 2008).

Assemelhando-se ao conceito de interdiscorso, temos o sujeito discursivo, que se refere às diferentes vozes que se manifestam em nossos dizeres. Assim, “encontramos em sua voz diferentes vozes, oriundas de diferentes discursos” (Fernandes, 2008, p. 24), considerando que os sentidos não são produzidos de forma individual, mas resultam da continuidade de discursos preexistentes.

Nesse sentido, é necessário conceituar o processo de formação discursiva. Conforme mencionado, um discurso é atravessado por diferentes vozes e sentidos; assim, a formação

discursiva caracteriza-se por sua natureza heterogênea e diz respeito ao conjunto de regras e condições que determinam o que pode ser dito, por quem, em que momento e em que contexto histórico e social. Trata-se, portanto, da relação entre o dizer e as condições de produção em uma determinada época e espaço. Nessa perspectiva, Fernandes (2008, p. 42) contribui significativamente ao afirmar que:

Uma formação discursiva não se limita a uma época apenas; em seu interior, encontramos elementos que tiveram existência em diferentes espaços sociais, em outros momentos históricos, mas que se fazem presentes sob novas condições de produção, integrando novo contexto histórico, e, conseqüentemente, possibilitando outros efeitos de sentido.

Similarmente, há a memória discursiva, que se refere a uma memória coletiva na qual os sujeitos estão condicionados. Em essência, trata-se de eventos que ocorrem antes e fora do texto, e de uma interdiscursividade que permeia o discurso (Fernandes, 2008).

Por fim, todos esses conceitos são relevantes para o acompanhamento e entendimento deste trabalho, que utiliza da AD para uma reflexão discursiva a respeito do material de análise selecionado. No debate, Nikolas Ferreira e outras cinco pessoas discutem a linguagem “neutra” em torno da Lei n.º 11.581/2023, que proíbe o seu uso na educação básica, pública e privada de Belo Horizonte/MG (Belo Horizonte, 2023).

3 A LINGUAGEM “NEUTRA” REALMENTE EXISTE?

Em primeiro lugar, o conceito de língua se difere do conceito de linguagem, embora estejam relacionadas. Conforme Pêcheux (2009, p. 81, grifos do autor *apud* Barbosa Filho, 2022, p. 159), “a língua se apresenta [...] como a *base* comum de *processos* discursivos diferenciados”, ou seja, ela é “a *base material* de um processo sócio-histórico que é o discurso” (Barbosa Filho, 2022, p. 159, grifos do autor). Logo, a língua não é individual, mas sim um sistema construído por uma comunidade de falantes.

Assim sendo, a língua acompanha o desenvolvimento da sociedade e, portanto, carrega marcas de mudança em sua estrutura. Isso é evidente, por exemplo, no termo “vossa mercê”, que evoluiu para “vossemecê”, logo “vosmecê”, atualmente “você” e, em alguns contextos, “vc”, “ocê” e até mesmo “cê”.

Historicamente, o português derivou do latim, que possuía três gêneros gramaticais – o masculino, o feminino e o neutro. Consoante Schons (2023), havia uma distinção entre os três gêneros pela dicotomia animado-inanimado, na qual o masculino e o feminino representavam os seres animados e o neutro representava os seres inanimados. No entanto, atualmente, tem-se outra ideia da neutralidade de gênero:

A linguagem neutra, ou linguagem inclusiva de gênero, ou o uso do gênero neutro, caracteriza-se pela presença de morfologia de gênero e e/ou pronomes e determinantes neutros em palavras com traço semântico [+humano], em que a oposição masculino x feminino não é suficiente para dar conta da identidade de gênero. Assim, usa-se o gênero neutro com o intuito ou de marcar indivíduos que não se identificam com masculino ou feminino, os não binários, ou para neutralizar indivíduos (Cavalcante, 2022, p. 74).

Dessa forma, conforme a definição do dicionário Michaelis On-line (Inanimado, s.d.), “inanimado” faz referência a algo que não tem ou nunca teve vida, que perdeu a consciência ou os sentidos, que não tem movimento, alma, animação, expressão ou vivacidade, deixando claro que “não há nenhuma relação direta do uso do neutro [atual] com o neutro latino” (Schons, 2023, p. 33). Isso confronta a argumentação errônea de defensores/as da norma culta da língua portuguesa ao afirmar que nosso idioma derivou do latim, incorporou o gênero neutro ao masculino e, por essa razão, o uso da linguagem “neutra” seria inadequado. Essa perspectiva reflete a ideia de que o masculino genérico inclui tanto o próprio gênero masculino quanto o feminino, o que, embora válido, é problemático por excluir o gênero social neutro – que representa pessoas não-binárias e/ou intersexo – em diversas marcações genéricas, como “alunos”, que abrange alunos e alunas, mas não alunes, entre outros exemplos.

Desse modo, percebe-se a linguagem de gênero neutro como um fenômeno da linguagem que retrata resistência ao marcar um posicionamento identitário, social e linguístico. Isso é consoante ao conceito de língua fluida, ou seja, que "diz respeito a uma língua em movimento, que desconhece limites e que tem como traço principal a mudança contínua" (Orlandi, 2009, p. 18 *apud* Medeiros, 2024, p. 102).

Diferentemente, a linguagem é concebida enquanto prática social atravessada por seu contexto. Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a linguagem é compreendida como uma “ação interindividual orientada por uma finalidade específica, um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes nos diferentes grupos de uma sociedade, nos distintos momentos de sua história” (Brasil, 1998, p. 20 *apud* Oliveira, 2022, p. 184).

Nesse contexto, a linguagem de gênero neutro trata não somente do campo linguístico, como também identitário e social. Utilizada majoritariamente por pessoas LGBTQIAPN+, especialmente às letras “I” e “N” da sigla – intersexo e não binários/as/es –, diz respeito a uma luta por identificação, inclusão e respeito na sociedade.

Com relação à nomenclatura desse fenômeno, há pesquisadores e pesquisadoras que problematizam o termo “neutra”, popularmente escrito/falado ao lado da palavra “linguagem”, uma vez que não existe neutralidade na linguagem, conforme explicitado anteriormente. Desse modo, é válido reafirmar que “neutra” refere-se ao gênero social, e não linguístico.

Similarmente, o termo “linguagem não binária” também apresenta limitações, pois reforça o imaginário de que apenas pessoas não binárias fazem uso da linguagem de gênero neutro, desconsiderando, por exemplo, sua importância para pessoas intersexo – o que contribui para o apagamento social dessa comunidade. Como alternativa, alguns estudiosos e estudiosas propõem outras denominações, tais como “gênero genérico” (Freitag, 2022) e “linguagem inclusiva”, esta última popularmente difundida e equivalente à “sintaxe neutra” (Cassiano, 2019). Diante disso, neste trabalho, **venho optando pelo termo “linguagem de gênero neutro”**.

Conforme Cassiano (2022), a linguagem de gênero neutro tem suas raízes tanto nos movimentos feministas, como forma de contestação ao uso do masculino genérico, quanto nas lutas LGBTQIAPN+ (lésbica, gay, bissexual, transexual/travesti/transgênero, *queer*, intersexo, arromântico/assexual, pansexual, não-binário/a/e e demais orientações sexuais e identidades de gênero) que reivindicam formas mais inclusivas de representação linguística. Ao dizer “todos”, o masculino genérico representa homens e mulheres, assim como “professores” refere-se aos profissionais da educação masculinos e femininos, excluindo aquelas pessoas que não se

enquadram nos estereótipos sociais do que significa ser um homem ou uma mulher. Além disso, o masculino genérico é problemático, pois “tal generalização pelo masculino instancia um apagamento da presença feminina nos diferentes espaços” (Oliveira, 2022, p. 180), representando o estopim do movimento feminista na luta pela linguagem de gênero neutro.

Assim sendo, o movimento feminista, buscando maior representação e reconhecimento das mulheres perante à sociedade, reivindicou seu espaço linguístico, conjuntamente com o movimento LGBTQIAPN+, referindo-se às pessoas não binárias e intersexo. Dessa forma, o uso da linguagem de gênero neutro surge na sociedade.

Para fins de contextualização, a linguagem inclusiva busca promover uma comunicação que não exclua nenhum sujeito, sendo, conforme mencionado anteriormente, equivalente ao que alguns/mas/mes pesquisadores/as/ies denominam “sintaxe neutra” (Cassiano, 2019). De modo geral, essa linguagem recorre a formas que não utilizam a marcação masculina ou feminina tradicional; entretanto, é importante destacar que a ausência dessas marcações não necessariamente equivale à neutralidade de gênero, podendo ser interpretada como a criação de uma marcação alternativa ou não-binária/intersexo, cuja função é evidenciar a inclusão de sujeitos de diferentes identidades. Por exemplo, em vez de utilizar “os políticos” ou “aquela menina é bonita”, podem-se empregar construções como “a classe política” ou “aquela pessoa é bonita”, que evitam a marcação tradicional de gênero e permitem referências mais inclusivas, reconhecendo a pluralidade de identidades presentes na sociedade. Semelhantemente, a neolinguagem:

Refere-se a um conjunto de práticas e estratégias linguísticas que buscam promover a inclusão de pessoas de diferentes identidades de gênero, orientações sexuais e experiências de vida na linguagem escrita e falada. [...] A Neolinguagem Inclusiva envolve o uso de termos e expressões que não reforcem estereótipos de gênero, além de evitar o uso de linguagem que assuma uma dicotomia estrita entre masculino e feminino. Em vez disso, busca-se adotar formas de expressão que sejam mais abrangentes, respeitando e reconhecendo a diversidade de identidades de gênero e experiência (Menezes, 2023, p. 14).

Em um cenário de constante marginalização e estigmatização, a comunidade LGBTQIAPN+ enfrenta uma luta árdua e consistente por reconhecimento e garantia/manutenção de direitos. Nesse contexto, a busca pela representatividade linguística para pessoas não-binárias e/ou intersexo se tornou uma das frentes dessa batalha. Como parte dessa luta, a inserção da linguagem de gênero neutro na sociedade surgiu como uma tentativa de garantir maior visibilidade e respeito às identidades de gênero não conformistas.

Nesse sentido, é uma falácia a ideia de que essa linguagem substituirá o masculino genérico da língua portuguesa, pois não se trata de uma substituição e nem exclusão, mas sim uma adição. No entanto, há questionamentos sobre seus impactos. Freitag (2022, p. 70, grifos da autora) observa que “neutralizar o gênero para quem quer se identificar por seu gênero, trocando *todos* por *todes*, é trocar uma hegemonia por outra. E nessa história, as mulheres acabam mais uma vez marginalizadas e excluídas”. No entanto, a proposta da linguagem de gênero neutro não visa apagar as formas masculino e feminino, mas ampliar as possibilidades de expressão, conforme supracitado. Como destaca Barbosa Filho (2022, p. 155), o objetivo “é a adoção de mais uma forma e não o apagamento de outras”.

Contudo, algumas pessoas utilizam dessa falácia para rejeitar a linguagem de gênero neutro, seja pela suposição de que há somente uma maneira de se comunicar, seja por não encarar a língua como fenômeno social e histórico, mas somente linguístico, congelando-a em dicionários. Independentemente da razão, é evidente que tal “preconceito em relação à linguagem neutra [...] advém de um certo ‘fascismo linguístico’ que marca a ideologia conservadora brasileira” (Barbosa Filho, 2022, p. 156).

No campo linguístico, deve-se ressaltar que a pauta da linguagem de gênero neutro trata, especificamente, de pessoas que não se identificam pela binaridade de gênero masculino e feminino e pessoas intersexo – por isso, têm suas vozes silenciadas em seus dizeres. Considerando a sociedade opressora e heteronormativa em que vivemos, juntamente com a cristalização de uma língua instrumentada para discriminar e oprimir determinados grupos sociais, pessoas não binárias e/ou intersexo têm, constantemente, suas identidades negadas. Isso ocorre em meio a um sistema de controle de corpos, em que essas pessoas são obrigadas a moldar sua própria essência para tentar caber em uma etiqueta binária e limitadora.

Conforme defende Cavalcante (2022, p. 93), “língua é identidade, e se um grupo de indivíduos motivado por razões sociais marca linguisticamente sua identidade, essa marcação é tão válida quanto quaisquer outras manifestações de identidade linguística”. Assim, a língua não se resume a um conjunto de regras e padrões gramaticais, mas constitui também um elemento de identificação linguística e social dos sujeitos. Em relação a esse conjunto de normas, fortemente sustentado pela cristalização da gramática normativa, Possenti (2003, p. 81) alerta que:

No campo do estudo das línguas, por exemplo. Todos conhecem os que defendem com unhas e dentes a chamada norma culta – eles estão por aí, cada vez mais presentes, posando de sábios. Alegam defender a linguagem culta, dos falantes cultos, contra sua destruição pelos ignorantes. Segundo eles, os ignorantes falam errado. Há quem discorde desse tipo de julgamento, pondo em questão a rigidez dos critérios dos

gramatiquinhos. O argumento é que as línguas mudam, que o padrão é diferente. Os fatos mostram isso. Assim, os gramatiquinhos deveriam aceitar uma gramática menos rígida e fixa.

No excerto acima, percebe-se que o preconceito está enraizado nos “gramatiquinhos”. Embora linguistas e estudiosos/as/es ressaltem que as línguas evoluem com a sociedade – ainda que gradualmente –, esses/as defensores/as de uma norma rígida insistem na ideia equivocada de que a língua é fixa e imutável. Diante disso, “você espera que os gramatiquinhos se rendam, que mudem de opinião. Não. Agora eles dizem que até mesmo os letrados escrevem errado. Estranha lógica. Ou nenhuma” (Possenti, 2003, p. 82).

Finalmente, conclui-se que a linguagem “neutra” existe devido ao fato de que há sujeitos na sociedade que, além de fazer uso dessa manifestação comunicacional, se sentem representados por ela. Dessa forma, ao compreendermos que as línguas transcendem a esfera linguística e desempenham um papel fundamental nas esferas identitárias, sociais e políticas, além de serem fluidas e acompanharem as transformações da sociedade, torna-se responsabilidade da Linguística explicá-las. Como destaca Glozman (2022, p. 170), trata-se de uma “disciplina dedicada à descrição e explicação de fenômenos relativos à língua, à linguagem, aos textos e ao discurso”.

4 METODOLOGIA

De modo geral, as línguas de um país estão intrinsecamente relacionadas à sua política, uma vez que denotam relações de poder. Nesse sentido, “quando politizadas, as línguas têm cor, gênero, etnia, orientação sexual e classe porque funcionam como lugares de desenhar projetos de poder” (Nascimento, 2019, p. 22 *apud* Cardoso, 2024a, p. 12). Diante disso, torna-se essencial compreender de que maneira a língua(gem) é representada socialmente, sobretudo nas discussões sobre a linguagem de gênero neutro.

Desse modo, este trabalho propôs analisar essas representações e os sentidos que delas emergem. Para isso, é fundamental entender que “toda representação se constrói a partir das experiências pessoais, mas não apenas: elas se constroem a partir das experiências dos outros, daqueles que nos cercam e que nos levam a crer nisto ou naquilo, que nos dizem quem somos” (Coracini, 2003, p. 219 *apud* Peixoto, 2017, p. 44). Em outras palavras, “as representações configuram-se, então, como conjuntos de imagens, dizeres, memórias, opiniões e ideias que os sujeitos constroem” (Peixoto, 2017, p. 44), ou seja, construções sociais e não individuais.

Com base nas afirmações acima, torna-se possível avançar para a presente seção, na qual detalharei os procedimentos metodológicos adotados ao longo do estudo. Em primeiro lugar, trata-se de uma pesquisa qualitativa interpretativa. Assim:

A pesquisa qualitativa [...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 1995, p. 21-22 *apud* Santos, 2008, p. 64).

Além disso, conforme supramencionado, é um texto que fundamenta-se no modelo interpretativista, aquele que impõe à pessoa pesquisadora a necessidade de se relacionar com o mundo de maneira crítica e reflexiva. Nesse processo, é essencial reconhecer que “o significado não é o resultado da intenção individual, mas de inteligibilidade interindividual” (Moita Lopes, 1994, p. 331 *apud* Santos, 2008, p. 64).

Como etapa inicial desta monografia, delimitou-se o corpus de análise, definido pelo vídeo *Debate – Nikolas Ferreira x 5 esquerdistas (Pronome Neutro)* (Ferreira, 2022), que se constituiu como objeto de pesquisa para a produção do texto. Em primeiro momento, optou-se por assisti-lo, sem analisá-lo.

Em seguida, o foco do trabalho baseou-se na revisão bibliográfica, direcionando-se para textos e livros com temáticas relacionadas ao gênero, à língua/linguagem e à AD. O objetivo

dessa etapa foi aprofundar o repertório científico em torno do conteúdo a ser trabalhado, uma vez que caracteriza-se como fator fundamental para o desenvolvimento do estudo.

Adiante, os objetivos geral e específicos foram estipulados, visando direcionar a escrita da monografia. Logo, optou-se por desenvolver a fundamentação teórica do texto e, concomitantemente, selecionar alguns recortes do objeto de pesquisa, com o objetivo de realizar uma futura análise discursiva do material. Adiante, as leituras teóricas foram retomadas, de modo a revisar os termos adotados pela AD.

Para concluir, a etapa seguinte consistiu na análise do vídeo *Debate – Nikolas Ferreira x 5 esquerdistas (Pronome Neutro)* (Ferreira, 2022), na qual se buscou interpretar os dizeres de cada deputado e deputada à luz dos conceitos teóricos da AD. Nesse percurso, considerou-se a linguagem para além de sua dimensão estritamente linguística, compreendendo-a também como fenômeno social e identitário. Para a análise, foram mobilizadas noções como discurso, enunciado, intradiscurso, interdiscurso, materialismo histórico, efeito de sentido, ideologia, condições de produção, sujeito discursivo, formação discursiva e memória discursiva. A partir dessas categorias, procedeu-se à seleção de enunciados significativos, à observação das recorrências discursivas e à interpretação dos efeitos de sentido que emergem no confronto entre as diferentes posições no debate.

Por fim, os objetivos delineados no início da monografia foram retomados, avaliando-se em que medida puderam ser alcançados. A partir desse movimento, tornou-se possível elaborar as considerações finais, estabelecendo um diálogo entre os objetivos iniciais e os resultados obtidos.

5 ANÁLISE

Esta seção fundamenta-se com base em uma análise da produção audiovisual *Debate – Nikolas Ferreira x 5 esquerdistas (Pronome Neutro)*, publicada no canal de vídeos do político Nikolas Ferreira, pertencente à plataforma *YouTube* (Ferreira, 2022). O debate analisado gira em torno da Lei n.º 11.581/2023, que proíbe o uso e o ensino da linguagem “neutra” na educação básica, pública e privada de Belo Horizonte/MG (Belo Horizonte, 2023). A norma teve origem em um PL, discutido no debate, proposto pelo próprio deputado durante seu mandato como vereador na capital mineira.

Na ocasião, estiveram presentes, além de Nikolas Ferreira, as vereadoras Iza Lourenço e Macaé Evaristo, bem como o ex-vereador Pedrão do Depósito, a deputada federal Duda Salabert e a cientista política Bella Gonçalves. Elas e ele representavam diferentes partidos políticos, embora todos eles representassem posicionamentos de esquerda.

Como autor do PL 11.581/2023 (atualmente Lei, de 18 de agosto de 2023), Nikolas Ferreira de Oliveira (PL – Partido Liberal) iniciou os dizeres no debate. De maneira debochada ao cumprimentar as pessoas ali presentes, enfatizando a palavra “todos”, ele destaca:

Recorte 1

Boa tarde a **todos!** Boa tarde, presidente! Boa tarde, colegas! Tô muito feliz de estar aqui apresentando esse meu projeto em votação. Primeiro, de ver a galeria cheia. Quero agradecer a todos vocês, é, pais e mães, jovens principalmente... **estão aqui pra poder lutar pela cultura do seu país** (Nikolas Ferreira, 2022, 0s-18s, grifos próprio).

Ao se expressar dessa forma, percebe-se que seu enunciado se inscreve em uma formação discursiva de direita conservadora, uma vez que associa cultura a uma identidade fixa, tradicional, heteronormativa e nacionalista. Ao afirmar que “estão aqui pra poder lutar pela cultura do seu país”, o sujeito discursivo se inscreve num interdiscurso que retoma formulações nacionalistas sobre a proteção da cultura, sendo, possivelmente, uma forma de resistência à noção de “ameaça à cultura nacional”. Isso é problemático, pois contribui para o apagamento de corpos silenciados e historicamente anulados.

Posteriormente, o deputado propõe que seu PL vise proporcionar o ensino da “língua correta” em sala de aula, e não a proibição da linguagem “neutra”, conforme exposto adiante:

Recorte 2

Quais seriam os aspectos desse meu Projeto de Lei? Primeiro, de dar a utilização e o ensino dessa, da da língua correta, e não a proibição da lin... da linguagem neutra

dentro de sala de aula, uma vez que a sala de aula não é um local onde, como se fosse um bar, cada um ali apresenta o que quer (Nikolas Ferreira, 2022, 1min-1min17s).

Com isso, questiono: “qual seria o conceito de ‘língua correta’ para Nikolas Ferreira?”. Seria, possivelmente, uma língua imaginária? Para Orlandi (2009, p. 18 *apud* Medeiros, 2024, p. 102), a língua imaginária é o mesmo que uma língua “estável, com unidade, regrada, sobre a qual, através do conhecimento de especialistas, podemos aprender, termos controle”, portanto uma língua “cuja estabilidade está arraigada em regras, fórmulas e sistematizações” (Medeiros, 2024, p. 102).

Além disso, esse “ensino da língua correta” não é apenas uma proposta pedagógica, mas um posicionamento ideológico que tenta invisibilizar os sujeitos que usam outras formas de linguagem, como as pessoas não-binárias e/ou intersexo. Ademais, o dizer “e não a proibição da lin... da linguagem neutra” evidencia a incongruência de Nikolas Ferreira, uma vez que a Lei n.º 11.581/2023, aprovada, “*proíbe a utilização* e o ensino da linguagem neutra ou não binária na Educação Básica pública e privada do Município” (Belo Horizonte, 2023, n. p., grifo próprio).

Nesse recorte, Nikolas Ferreira afirma que “a sala de aula não é um local onde, como se fosse um bar, cada um ali apresenta o que quer”. Assim, destaco que bares costumam ter, frequentemente, duas representações: bagunça ou comemoração. Em sentido negativo – uma vez que o deputado se opõe ao uso da linguagem de gênero neutro –, seu enunciado abomina o uso da linguagem de gênero neutro ao associá-lo a um ambiente de desordem, retratando pessoas não binárias e/ou intersexo como desleixadas. Além disso, essa comparação pode intensificar a marginalização dessas pessoas, sugerindo que suas identidades – que são motivo de orgulho e encontram nos bares um espaço de celebração – não pertencem ao espaço legítimo da sala de aula, mas a um contexto secundário e socialmente desvalorizado.

Por fim, no que concerne aos excertos selecionados para essa análise, Nikolas reafirma que a linguagem de gênero neutro não tem espaço nas salas de aula:

Recorte 3

Eu tô aqui, de fato, com um projeto cultural pra poder preservar a nossa língua portuguesa – da gramática correta, e não fazer com que os nossos alunos, que já têm tantas dificuldades no âmbito educacional como, por exemplo, a falta de estrutura, e ainda ter que aprender ali algo completamente errado gramaticalmente (Nikolas Ferreira, 2022, 3min46s-4min2s).

Dessa maneira, o deputado diminui a complexidade de uma língua e suas linguagens. Isso vai contra o que Oliveira (2022, p. 188) acredita, pois, segundo ele, a linguagem de gênero

neutro “deve estar no espaço escolar, afinal, esse espaço busca formar cidadãos críticos capazes de participarem politicamente da sociedade”. Além disso, é um tópico de aprendizado/discussão presente em todas as dez Competências Gerais da educação básica propostas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento oficial brasileiro que rege a educação no país (Oliveira, 2022).

Outrossim, ao considerar as condições de produção do enunciado – marcadas pelo contexto educacional brasileiro –, percebe-se que Nikolas Ferreira apresenta o ensino da norma padrão como forma de preservar a “gramática correta”, justificando-se pelas dificuldades estruturais enfrentadas pelos/as/es alunos/as/es, como a falta de recursos e infraestrutura. Ao enfatizar que não deseja que eles/as/us aprendam algo “completamente errado gramaticalmente”, o discurso legitima a norma padrão como referência correta e desvia a atenção de alternativas linguísticas.

Em seguida, Izabella Lourença Amorim Romualdo, vereadora pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) e engajada nas lutas sociais voltadas aos movimentos feministas, LGBTQIAPN+ e antirracistas, toma posição no debate. A vereadora, popularmente conhecida como Iza Lourença, afirma que:

Recorte 4

Esse Projeto existe pra continuar perseguindo pessoas LGBTQIA+ na cidade de Belo Horizonte. Esse Projeto existe pra perseguir pessoas travestis e transexuais, e pra perseguir professores nas escolas. Esse Projeto, esse Projeto visa fazer com que as nossas pessoas, adolescentes, LGBTs, não encontrem na escola acolhimento e apoio (Izabella Lourença, 2022, 5min55s-6min28s).

Essa afirmação concorda com Carneiro (2024, p. 159), ao afirmar que a proibição da linguagem de gênero neutro em instituições de ensino, “mais do que uma tentativa de intervir na língua, intervém na autonomia de professores do Ensino Básico [...] que passam a ter coibidas uma possível aceitação do uso da ‘linguagem neutra’ em textos produzidos por seus alunos”, silenciando a produção de estudantes e apagando a existência deles/as/us, além de barrar a autonomia docente. Isso é problemático, uma vez que:

A questão deve ser estudada na escola, principalmente por se constituir como um debate socialmente relevante, por instaurar uma importante discussão sobre a relação entre língua e sociedade e por possibilitar uma aprofundada e contextualizada prática de reflexão linguística. Não se trata de eleger uma única proposta e ensiná-la aos estudantes, uma vez que diferentes possibilidades de realização da linguagem neutra seguem surgindo, mas de discutir a questão, considerando tanto aspectos sociais quanto aspectos linguísticos (Oliveira, 2022, p. 194-195).

Além disso, esse posicionamento se articula a uma formação discursiva militante, sustentada pela memória discursiva de perseguições históricas que continuam a atravessar os sentidos mobilizados na fala, especialmente ao lembrar que “o campo da educação se tornou um dos principais focos de ataque do conservadorismo brasileiro e, nessa seara, o debate sobre igualdade de gênero e diversidade assumiu papel central” (Borba, 2024, p. 257).

Ademais, o trecho evidencia como o materialismo histórico pode ser aplicado, pois revela que o discurso não surge isoladamente, mas é produto de condições sociais, políticas e culturais específicas: ao afirmar que o PL persegue pessoas LGBTQIAPN+ e professores/as/ies, o enunciado expõe relações de poder e estruturas de opressão. Desse modo, ao analisar quem produz o enunciado, contra quem se dirige e o contexto histórico em que emerge, compreende-se o “porquê da aparição de um enunciado em dado momento e lugar e não outro em seu lugar” (Fernandes, 2008, p. 49).

Posteriormente, Pedro Nogueira Barbosa, comerciante e ex-vereador pelo Partido União Brasil (UNIÃO) se insere no debate. Publicamente conhecido como Pedrão do Depósito, o ex-vereador afirma que trata-se de um:

Recorte 5
Projeto eleitoral, cortina de fumaça, inconstitucional, cheio de preconceito (Pedro Barbosa, 2022, 10min26s-10min34s).

Esses adjetivos e metáforas produzem diferentes efeitos de sentido. As expressões não apenas qualificam o PL, como também produzem sentidos específicos ao associá-lo à manipulação política, à ocultação de problemas reais e à reprodução de violências discursivas. Por exemplo, o termo “eleitoreiro” não tem significado apenas voltado à eleição, mas convoca um universo discursivo da extrema-direita, de estratégias populistas, oportunistas e moralizantes.

Outrossim, ao associar a extrema-direita à captação de votos, Pedrão mobiliza saberes compartilhados socialmente (o que diz respeito ao interdiscurso), especificamente sobre como certos grupos políticos utilizam “causas morais” (como linguagem “neutra”, Escola Sem Partido, ideologia de gênero *etc.*) para mobilizar uma base eleitoral.

Ao classificar o PL como uma cortina de fumaça, Pedrão produz um efeito de sentido que associa a proposta legislativa a uma estratégia de desvio, cujo objetivo seria ocultar suas reais intenções políticas. Ele reforça essa leitura ao afirmar que o PL está “repleto de preconceito”, deslocando o debate da esfera técnico-linguística para o campo político-ideológico. Nesse sentido, como aponta Barbosa Filho (2022, p. 157):

Embora esses gestos políticos incidam sobre a língua, não se trata de um debate linguístico. Trata-se, faço questão de reafirmar, de uma disputa político-ideológica que desemboca em uma política de língua. A luta não é pela preservação da língua, mas pela preservação do que se supõe perder caso se incorporem à língua outras formas de flexão de gênero.

Assim, o dizer de Nikolas Ferreira não se inscreve no campo puramente linguístico, mas está atravessado por formações discursivas que se constituem a partir de posições ideológicas conservadoras. Toda essa resistência à linguagem de gênero neutro revela, na verdade, um temor de perda de valores tradicionais, simbolicamente ancorados na forma normativa da língua portuguesa. Esse receio se sustenta em uma memória discursiva que vincula a língua à tradição, à norma culta e à hierarquia de gênero.

Após sua fala, Isabella Gonçalves Miranda, ex-vereadora por Belo Horizonte (PSOL) e atual cientista política e doutora pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pronuncia-se. De acordo com ela, publicamente conhecida como Bella Gonçalves, o PL é inútil, pois:

Recorte 6

Em primeiro não existe nenhuma Lei, nenhum Projeto de Lei, propondo a linguagem neutra, hoje, no país. Não existe! Não existe! Em segundo lugar... o que é ensinado nas escolas, em todo o Brasil, é a língua portuguesa. Em segundo lugar, esse Projeto é inútil, porque ele parte de um desconhecimento gigantesco de que a língua portuguesa é viva, ela está em profunda transformação, quer vocês queiram ou não. A língua portuguesa é parte da nossa cultura, e a nossa cultura está em profunda transformação (Isabella Gonçalves, 2022, 14min14s-15min1s).

Ao reiterar a inutilidade do PL, afirmando que a proposta origina-se em um desconhecimento sobre a natureza das línguas – ou seja, que são vivas e estão em profunda transformação –, destaca-se a mutabilidade delas, sujeitas a alterações em todos os momentos. Outrossim, no trecho em análise, identifica-se a presença do intradiscorso, perceptível nas formulações reiteradas e enfáticas de Gonçalves (“Não existe! Não existe!”), que conferem força argumentativa e demarcam sua posição contrária ao PL. As escolhas lexicais, como “inútil” e “desconhecimento gigantesco”, bem como a caracterização da língua portuguesa como “viva” e em “profunda transformação”, constituem marcas do dizer que revelam sua tomada de posição.

Por fim, o PL foi aprovado, embora tenha recebido votos contrários em locais distintos: um voto contrário no painel e sete votos contrários no Plenário, onde correu o debate. Percebe-se, após os dizeres de cada deputado e deputada, que determinados sujeitos enxergam a língua

como um símbolo da identidade, enquanto outros a veem como uma ameaça à estrutura de nação – momento em que a resistência à linguagem de gênero neutro percebe-se relacionada à ideia de preservação de valores nacionais. Nesse sentido:

O preconceito em relação à “linguagem neutra” vem de um entendimento da “linguagem” como expressão de um conjunto de valores que acaba por costurar a própria ideia de “nação”. Valores que os partidários da “linguagem neutra” querem, supostamente, destruir. Cria-se, a partir daí, uma estrutura binária muito comum no discurso político contemporâneo, o *nós* e o *eles*. *Nós*, os verdadeiros brasileiros, lutamos pela língua correta, “normal”, enquanto *eles* querem destruir a *nossa* língua para destruir os nossos “valores”, fragmentando *nossa* nação. Tudo se passa como se os valores fossem intrínsecos, despidos de qualquer historicidade. Parece também que a “nação” é um bloco homogêneo, ameaçado de fragmentação por *eles*. Bom, a gente sabe muito bem de onde vem toda essa interpretação do mundo: do fascismo e seus desdobramentos (Barbosa Filho, 2022, p. 156, grifos do autor).

Nessa crítica, *nós* representa os “verdadeiros brasileiros” que protegem a língua e os valores tradicionais; por outro lado, *eles* representam aquelas pessoas que buscam a destruição da língua e, conseqüentemente, o enfraquecimento da identidade nacional. Essa ideia, além de limitada, ignora o caráter histórico e dinâmico da língua; além disso, a linguagem, nesse funcionamento, deixa de ser espaço de construção simbólica e se torna instrumento de exclusão.

6 CONCLUSÃO

Em geral, a linguagem de gênero neutro tem “impactos sociais profundos, a começar pelo reconhecimento da existência e dos direitos de minorias sociais” (Bentes; Cruz; Mendes, 2022, p. 118) e, desse modo, para além de uma questão linguística, trata-se de uma pauta política, social e identitária. No entanto, nos dizeres presentes no *Debate – Nikolas Ferreira x 5 esquerdistas (Pronome Neutro)* (Ferreira, 2022), percebe-se que nem todas as pessoas analisaram esses vieses.

O debate analisado concentrou-se na possível proibição do uso e ensino da linguagem de gênero neutro na educação básica, tanto pública quanto privada, na cidade de Belo Horizonte/MG. Com base nesse propósito, Barbosa Filho (2022, p. 158) se destaca ao mencionar que “toda pauta que mobiliza tensões sociais deve ser objeto do debate escolar (da educação básica ao ensino superior). A escola não deve ser um espaço de síntese e consenso, mas de exasperação das contradições”. Para complementar: “é hora de abordar o movimento em favor da linguagem neutra, suas motivações e suas implicações, para que os alunos possam estudar e propor maneiras de demonstrar, através do uso da linguagem, seu respeito à diversidade” (Oliveira, 2022, p. 195).

Como objetivo geral deste trabalho, procurei contribuir, nos campos da AD e da LA, para as discussões acerca do uso da linguagem de gênero neutro em práticas discursivas escolares. A análise desenvolvida permitiu evidenciar que tais usos não se reduzem a meras escolhas lexicais ou gramaticais, mas operam como práticas de significação atravessadas por disputas políticas, ideológicas e identitárias. Assim, compreender o funcionamento dessas práticas implica reconhecer que a língua(gem) participa ativamente da constituição de sujeitos e de relações de poder que se instauram no espaço escolar.

Especificamente, em primeiro lugar, busquei mapear as representações de língua(gem) que emergem em um debate político sobre a adoção dessa linguagem em contextos escolares. Nesse cenário, houve dois posicionamentos opostos. Por um lado, a extrema-direita possui a representação de língua(gem) como algo fixo, enquadrado e regrado, bem como um objeto ameaçado, uma vez que seu dizer associa a linguagem de gênero neutro como uma “ameaça à cultura nacional”. Portanto, seus dizeres evocam um efeito de sentido voltado à naturalização da língua(gem) como um patrimônio estável. Por outra perspectiva, os sujeitos de esquerda mobilizam uma formação discursiva progressista e contra-hegemônica, na qual a língua(gem) é compreendida como um instrumento de visibilização de sujeitos historicamente silenciados. Logo, evoca um efeito de sentido voltado à compreensão da língua(gem) como um espaço de

disputa e movimento. Essa visão se ancora nas características dinâmicas da língua(gem), em constante transformação, que refletem e acompanham as mudanças sociais, possibilitando o reconhecimento de sujeitos e existências historicamente marginalizadas.

Em seguida, almejei identificar as representações de gênero construídas e mobilizadas nesse debate. No campo discursivo da extrema-direita, o gênero é naturalizado como binário e imutável, ancorando-se na dicotomia masculino/feminino. Enquanto isso, na formação discursiva atribuída pelos sujeitos de esquerda, o gênero é compreendido como construção plural e dinâmica; nesse horizonte, a linguagem de gênero neutro é mobilizada como ferramenta política de reconhecimento de existências dissidentes e de ampliação dos espaços de inclusão. Conclui-se, portanto, que o debate analisado evidencia duas representações distintas de gênero: uma, vinculada ao campo discursivo da extrema-direita, que o naturaliza como binário e biológico; e outra, associada a uma formação discursiva progressista, que o compreende como construção social e politicamente situada.

Por fim, pretendi problematizar a discursivização da disputa em torno da linguagem de gênero neutro nos contextos escolares. Desse modo, nas formações discursivas conservadoras, especificamente filiadas à extrema-direita, os sentidos mobilizados constroem a linguagem de gênero neutro como ameaça à ordem linguística, o que sustenta práticas excludentes que oprimem corpos dissidentes e reafirmam a hegemonia cisgênero. Por outro lado, nas formações discursivas progressistas e contra-hegemônicas, a linguagem de gênero neutro é compreendida como prática legítima de resistência e reconhecimento de existências historicamente apagadas, o que contribui para a inclusão social desses sujeitos.

Em um futuro idealizado, a normatização da linguagem de gênero neutro representaria, para pessoas intersexo e/ou não binárias, a conquista de um novo patamar social – um avanço rumo à maior visibilidade e reconhecimento. Nesse contexto, seu uso oficial poderia contribuir para enfrentar uma pauta urgente à qual pessoas intersexo são submetidas – a mutilação compulsória –, por questionar a própria lógica binária que sustenta práticas como a medicalização. Ao reconhecer, por meio da linguagem, existências que não se encaixam nos padrões normativos de gênero, enfraquece-se a ideia de que esses corpos precisam ser “corrigidos” para se adequarem a um dos dois pólos, uma vez que essa lógica legitima atos como “a medicalização e violências para enquadrar esses corpos na lógica binária, muitas vezes na infância, trazendo prejuízos psicossociais relevantes no futuro deste indivíduo” (Camargo; Gomes, 2025, p. 31). Esse provável progresso, no entanto, encontra forte resistência entre grupos da extrema-direita. Como destaca Cavalcante (2022, p. 92-93, grifo próprio): “Não se pode prever se as formas de marcação de gênero neutro se tornarão padrão, ‘autorizadas’ por

uma elite intelectual ou social, justamente pela questão social envolvida: **trata-se de uma forma que dá visibilidade a minorias socialmente estigmatizadas**”.

Nesse sentido, a política não apenas regulamenta a educação no país, estabelecendo diretrizes e princípios por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), como também exerce controle sobre o trabalho docente e influencia/enjaula as possibilidades de expressão dos/das/des alunos/as/es. Assim sendo, as decisões políticas moldam os limites e as possibilidades da educação, podendo tanto favorecer avanços sociais quanto impor restrições ao desenvolvimento do pensamento crítico e à diversidade nas escolas.

Para concluir, como estudante de graduação em Letras – Inglês e Literaturas de Língua Inglesa, em breve letrólogo, é frequente que me questionem: “Você acredita que a linguagem ‘neutra’ será normatizada?” e “Qual o seu posicionamento com relação à linguagem ‘neutra’?”. Para responder, utilizo-me de Dominguez (2024, p. 180): “Como especialista[s] da língua, [...] somos vozes de autoridade e toda informação que fazemos circular na sociedade não só nos posiciona frente à questão abordada, como também alimenta o imaginário sobre o que é a Linguística e sua área de estudo, a Língua”.

Dessa forma, para além da minha perspectiva individual e ampliando o olhar para os sujeitos linguistas que se dedicam a essa discussão, torna-se imprescindível agir com cautela ao abordar essas questões, especialmente porque muitos olhares se voltam para nós ao abordarmos esse tema. Para o/a/le professor/a/ie, essa cautela significa reconhecer que sua postura influencia diretamente como os/as/les estudantes compreendem e lidam com a diversidade linguística, exigindo sensibilidade e responsabilidade na mediação do debate sobre identidades e inclusão. Reconheço, entretanto, a dificuldade em projetar um cenário concreto para essa evolução linguística, considerando que mudanças gramaticais, sobretudo as de grande magnitude, como neste caso, demandam um longo período para se consolidar. Ainda assim, é fundamental reconhecer que “a representatividade leva a pequenas mudanças, com pequenas conquistas pela igualdade, enquanto a luta continua” (Freitag, 2022, p. 65), evidenciando que a transformação se dá, muitas vezes, em passos lentos, porém significativos.

Enquanto estudante de Letras – Inglês, meu papel não reside em definir o que seria correto ou incorreto – como frequentemente se supõe –, mas sim em estudar a língua em suas múltiplas manifestações, entre as quais se inclui o uso da linguagem de gênero neutro, sempre com respaldo nos estudos linguísticos, uma vez que essa prática já se encontra inserida em nossa sociedade. Ademais, é válido lembrar que, conforme Dominguez (2024, p. 173):

Não é função da linguística (e, portanto, dos linguistas) dizer o que se deve ou não usar na língua, mas sim estudar-descrever-analisar seus usos. Reconhecendo que o uso da linguagem neutra/inclusiva já não está mais restrito aos grupos de onde surgiram, enquanto linguistas, podemos até pensar sobre os impactos estruturais que os diferentes sistemas propostos impõem ao idioma, mas não podemos jamais dizer que seu uso é inapropriado, desnecessário ou ruim, tendo em vista que um grupo de usuários da língua têm nos dito cotidianamente que são importantes.

Essa afirmação revela o verdadeiro papel de letrólogos/as/ues frente às questões envolvendo a linguagem de gênero neutro. Outrossim, é prudente lembrar que “se a chamada linguagem não binária vai ou não se consolidar como uma mudança linguística, só o tempo e o uso irão dizer” (Cardoso, 2024b, p. 86), deixando clara a natureza dinâmica e em constante evolução da língua.

Por fim, a realização desta pesquisa parte do compromisso e desejo de contribuir para que população LGBTQIAPN+ continue avançando na sociedade, garantindo direitos fundamentais para sua existência. Em um sistema patriarcal, machista, heteronormativo e cisgênero, que constantemente ameaça as conquistas de pessoas dissidentes, é essencial que haja resistência e luta para reafirmar a importância de nossa presença. Nesse sentido, é necessário que ocupemos todos os espaços de prestígio da sociedade, reivindicando os lugares que historicamente nos foram negados e não nos contentando com o pouco que nos é dado. Dessa forma, entendo que a produção científica desempenha um papel importante na construção do conhecimento voltado às pautas LGBTQIAPN+, especialmente no que diz respeito à relação entre língua e gênero “neutro”, ainda carente de aprofundamento teórico. Logo, concluo a urgência em manifestar palavra por palavra, até que o mundo caiba em todas as vozes!

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, S.; SILVA, H. F. Questões da disforia de gênero na infância: entre psicanálise e medicina. **Subjetividades**, Fortaleza, v. 20, n. spe2, p. 1-11, 2020. DOI 10.5020/23590777.rs.v20iesp2.e8822. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S2359-07692020000500002&script=sci_arttext. Acesso em: 8 mar. 2025.
- BARBOSA FILHO, F. R. Projetos de Lei contrários à “linguagem neutra” no Brasil. *In*: BARBOSA FILHO, F. R.; OTHERO, G. A. (org.). **Linguagem “neutra”**: língua e gênero em debate. São Paulo: Parábola, 2022. p 141-160.
- BELO HORIZONTE. **Lei n.º 11.581, de 18 de agosto de 2023**. Garante aos estudantes do Município o direito ao aprendizado da Língua Portuguesa e proíbe a utilização e o ensino da linguagem neutra ou não binária na Educação básica pública e privada do Município. Belo Horizonte: Câmara Municipal, 2023. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/2023/1159/11581/lei-ordinaria-n-11581-2023-garante-aos-estudantes-do-municipio-o-direito-ao-aprendizado-da-lingua-portuguesa-e-proibe-a-utilizacao-e-o-ensino-da-linguagem-neutra-ou-nao-binaria-na-educacao-basica-publica-e-privada-do-municipio>. Acesso em: 8 mar. 2025.
- BENTES, A. C.; CRUZ, R. C.; MENDES, C. J. G. Feminismo, mídias digitais e linguagem inclusiva. *In*: BARBOSA FILHO, F. R.; OTHERO, G. A. (org.). **Linguagem “neutra”**: língua e gênero em debate. São Paulo: Parábola, 2022. p 95-118.
- BORBA, R. Políticas de língua, políticas de gênero: entrevista com Rodrigo Borba. Entrevistadores: Naira Velozo e Renê Forster. *In*: DOMINGUEZ, M. G. A.; VELOZO, N.; COSTA, T. A. (org.). **Políticas de língua, políticas na língua**: reflexões sobre diversidade de gênero e inclusão. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. p. 233-267.
- BRITO, C. C. P.; GUILHERME, M. F. F. Linguística Aplicada e Análise do Discurso: possíveis entrelaçamentos para a constituição de uma epistemologia. **Cadernos Discursivos**, Catalão, v. 1, n. 1, p. 17-40, ago./dez. 2013. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/595/o/Cristiane_Brito_F%C3%A1tima_Guilherme.pdf. Acesso em: 12 jul. 2025.
- CAMARGO, F. F.; GOMES, G. A. S. Diversidade sexual e de gênero e direitos da mulher: conhecer para combater distorções negadoras de direitos. *In*: GOMES, G. C.; DIAS, M. J. S.; RODRIGUES, V. M. (org.). **Curso de aperfeiçoamento em educação em direitos humanos e diversidades**: educar-se e educar para a construção de uma sociedade fundamentada em direitos humanos. Uberlândia: PROEXC/UFU, 2025. p. 10-88.
- CARDOSO, E. C. Somos todos iguais perante a língua? O uso neutro de gênero no contraste entre língua e discurso. *In*: DOMINGUEZ, M. G. A.; VELOZO, N.; COSTA, T. A. (org.). **Políticas de língua, políticas na língua**: reflexões sobre diversidade de gênero e inclusão. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024a. p. 63-96.
- CARDOSO, J. Prefácio. *In*: DOMINGUEZ, M. G. A.; VELOZO, N.; COSTA, T. A. (org.). **Políticas de língua, políticas na língua**: reflexões sobre diversidade de gênero e inclusão. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024b. p. 9-12.

CARNEIRO, C. F. Linguagem inclusiva, língua política. *In*: DOMINGUEZ, M. G. A.; VELOZO, N.; COSTA, T. A. (org.). **Políticas de língua, políticas na língua**: reflexões sobre diversidade de gênero e inclusão. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. p. 145-164.

CASSIANO, O. **Apostila linguagem neutra**: introdução e regras gramaticais. 2. ed. On-line: 2022.

CASSIANO, O. Guia para “linguagem neutra” (PT-BR). **Medium**, 2019. Disponível em: <https://medium.com/guia-para-linguagem-neutra-pt-br/guia-para-linguagem-neutra-pt-br-f6d88311f92b>. Acesso em: 15 jun. 2024.

CAVALCANTE, S. R. O. A morfologia de gênero neutro e a mudança acima do nível de consciência. *In*: BARBOSA FILHO, F. R.; OTHERO, G. A. (org.). **Linguagem “neutra”**: língua e gênero em debate. São Paulo: Parábola, 2022. p 73-94.

DOMINGUEZ, M. G. A. Língua, sociedade e poder: reflexões sobre o lugar da linguística/dos linguistas no debate público sobre linguagem neutra e inclusiva. *In*: DOMINGUEZ, M. G. A.; VELOZO, N.; COSTA, T. A. (org.). **Políticas de língua, políticas na língua**: reflexões sobre diversidade de gênero e inclusão. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. p. 165-182.

FERNANDES, C. A. **Análise do Discurso**: reflexões introdutórias. 3 ed. São Carlos: Claraluz, 2008.

FERREIRA, N. Debate – Nikolas Ferreira x 5 esquerdistas (Pronome Neutro). **Youtube**, 9 jun. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9rKktuNe4S8>. Acesso em: 10 nov. 2024.

FREITAG, R. M. K. Conflito de regras e dominância de gênero. *In*: BARBOSA FILHO, F. R.; OTHERO, G. A. (org.). **Linguagem “neutra”**: língua e gênero em debate. São Paulo: Parábola, 2022. p 53-72.

GLOZMAN, M. R. Contribuições para intervir na esfera pública. *In*: BARBOSA FILHO, F. R.; OTHERO, G. A. (org.). **Linguagem “neutra”**: língua e gênero em debate. São Paulo: Parábola, 2022. p 161-175.

INANIMADO. *In*: **Michaelis**, Dicionário On-line de Português. São Paulo: Melhoramentos, s.d. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/inanimado#:~:text=Dicionário%20Brasileiro%20da%20Língua%20Portuguesa&text=1%20Que%20não%20tem%20ou,%3B%20inânime%2C%20inerte%2C%20parado>. Acesso em: 5 mar. 2025.

LAU, H. D. O uso da linguagem neutra como visibilidade e inclusão para pessoas trans não-binárias na língua portuguesa: a voz “del@” ou “delxs”? Não! A voz “delus”! *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO SEXUAL: SABERES/TRANS/VERSAIS CURRÍCULOS IDENTITÁRIOS E PLURIDADES DE GÊNERO, 5., 2017. Maringá. **Anais** [...]. Maringá: 2017. Disponível em: <http://www.sies.uem.br/trabalhos/2017/3112.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2025.

MEDEIROS, L. V. A. Linguagem inclusiva de gênero e seus debates controversos: é apenas sobre língua que se discute? *In*: DOMINGUEZ, M. G. A.; VELOZO, N.; COSTA, T. A.

(org.). **Políticas de língua, políticas na língua**: reflexões sobre diversidade de gênero e inclusão. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. p. 97-113.

MENEZES, J. M. **Cartografias da neolinguagem inclusiva**: outras gramáticas na língua portuguesa na cibercultura. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Diversidade) – Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Jacobina, 2023. Disponível em: <https://saberaberto.uneb.br/items/01fbbf0b-94c9-41af-8819-b9a8a21ea792>. Acesso em: 20 jul. 2025.

OLIVEIRA, S. G. A linguagem neutra e o ensino de língua portuguesa na escola. *In*: BARBOSA FILHO, F. R.; OTHERO, G. A. (org.). **Linguagem “neutra”**: língua e gênero em debate. São Paulo: Parábola, 2022. p 177-195.

ORLANDI, E. L. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.

ORLANDI, E. L. P. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, v. 1, n. 1, p. 9-13, jun. 2005. DOI 10.22481/el.v1i1.973. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/973>. Acesso em: 4 mar. 2025.

PEIXOTO, M. R. B. S. **A língua inglesa no terceiro setor**: adolescência, gênero e vulnerabilidade social no confronto com a língua-cultura do outro. 2017. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/988095>. Acesso em: 12 jul. 2025.

POSSENTI, S. Notas sobre a língua na imprensa. *In*: GREGOLIN, M. R. F. V. (org.). **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003. p 67-82.

SANTOS, I. A. **Narrativas de um adolescente homoerótico**: conflitos do ‘eu’ na rede de relações da infância à adolescência. 2008. Dissertação (Mestrado em Letras) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=116015. Acesso em: 23 ago. 2025.

SCHONS, L. **O gênero neutro**: do latim clássico ao português atual. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras – Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa, Língua Latina e Literatura de Língua Latina) – Instituto de Letras, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/270339>. Acesso em: 20 jul. 2025.